



TRIBUNAL
DE CONTAS
EUROPEU

PT

Discurso

Estrasburgo, 24 de outubro de 2018

Discurso proferido por Klaus-Heiner Lehne, Presidente do Tribunal de Contas Europeu

Apresentação do Relatório Anual do Tribunal de Contas Europeu relativo ao exercício de 2017 na sessão plenária do Parlamento Europeu

Estrasburgo, 24 de outubro de 2018

Em caso de eventuais diferenças,
faz fé o discurso proferido.

ECA Press

Mark Rogerson – Porta-voz

Tel.: (+352) 4398 47063

Telemóvel: (+352) 691 55 30 63

Damijan Fišer – Adido de imprensa

Tel.: (+352) 4398 45410

Telemóvel: (+352) 621 55 22 24

12, rue Alcide De Gasperi - L-1615 Luxembourg

E-mail: press@eca.europa.eu

[@EUAuditors](https://twitter.com/EUAuditors)

eca.europa.eu

Senhor Presidente, Senhora Presidente, Senhora Relatora, Senhores Deputados, Senhor Comissário,

Enquanto antigo deputado, sei que este é um período de grande atividade para o Parlamento Europeu. Não só a produção legislativa está no seu auge como também esta instituição está a funcionar, e muito bem, como um fórum de alto nível para debater o futuro da Europa, à medida que se aproximam as próximas eleições para o Parlamento Europeu.

Mais uma razão para, na minha qualidade de Presidente do Tribunal de Contas Europeu, vos agradecer por reservarem o tempo necessário para discutir o nosso Relatório Anual.

Envidámos esforços consideráveis para vos apresentar a nossa avaliação da situação da gestão financeira da UE em 2017. Esta informação irá agora desencadear o início do processo de quitação, o último na vigência deste Parlamento.

Em relação a 2017, tal como nos anos anteriores, concluímos que as contas da UE dão uma imagem verdadeira e fiel da sua situação financeira. À semelhança do ano passado, emitimos uma opinião com reservas, e não uma opinião adversa, sobre a regularidade dos pagamentos subjacentes às contas de 2017.

Por outras palavras, uma parte significativa das despesas de 2017 que o Tribunal examinou não estava materialmente afetada por erros, e refiro-me aqui às despesas baseadas em direitos¹ – isto é, aos programas em que os beneficiários recebem pagamentos se cumprirem determinadas condições. Estes pagamentos baseados em direitos representaram mais de metade de todos os pagamentos do orçamento da UE em 2017.

Além disso, o nível de irregularidades nas despesas da UE continuou a diminuir. O nível de erro estimado nos pagamentos realizados em 2017 foi de 2,4%, o que representa uma diminuição relativamente aos 3,1% de 2016 e aos 3,8% de 2015. Esta redução ilustra que a gestão financeira da UE está, sem dúvida, no rumo certo – e há que reconhecer os esforços constantes da Comissão, em conjunto com os Estados-Membros.

Permitam-me sublinhar como um exemplo positivo a nossa conclusão de que os pagamentos diretos ao abrigo do Fundo Europeu Agrícola de Garantia – que representa uma parte muito importante desta rubrica do QFP – estão isentos de erros materiais.

Dito isto, não posso deixar de referir também que frequentemente estão disponíveis informações suficientes para evitar, ou detetar e corrigir, uma parte significativa dos erros que detetámos. Se a Comissão e as autoridades nacionais tivessem utilizado essas informações, uma parte ainda maior do orçamento da UE teria sido inferior ao limiar de materialidade do Tribunal e ao da própria Comissão.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Está na hora de ir mais além. Os sistemas de gestão e de controlo melhoraram e temos agora a oportunidade de utilizar estas melhorias nas nossas auditorias.

Em 2017, experimentámos uma abordagem modificada no domínio da coesão. A grande alteração foi a análise e repetição das verificações e dos controlos realizados anteriormente pelas entidades responsáveis pelas despesas. Com esta nova abordagem, queremos apresentar ao Parlamento melhores informações geográficas e específicas dos fundos em toda a UE, de uma forma eficaz em termos de custos.

¹ Excluindo alguns regimes de desenvolvimento rural.

Iremos expandir este projeto nos próximos anos a outros domínios de despesas, sempre que estejam reunidas as condições necessárias para o fazer.

[Senhor] [Senhora] Presidente, li com muito interesse o inquérito *Parlameter 2018*, recentemente publicado. Ver um apoio tão forte à condição de Estado-Membro da UE e ao Euro deixa-me certamente otimista em relação ao futuro. Mas o inquérito também revela grandes discrepâncias nesse apoio que é necessário corrigir.

Tanto o orçamento anual como o orçamento a longo prazo da UE são, por definição, ferramentas de distribuição. As decisões que lhes estão associadas representam com frequência problemas políticos para os Estados-Membros que sintam que possam ter sido "prejudicados". Para nós, no Tribunal de Contas, é importante garantir que, sejam quais forem as decisões políticas, os cidadãos da UE, desde Bucareste até Helsínquia e Lisboa, conseguem ver com os próprios olhos, e portanto confiar, que os fundos da UE foram despendidos não só corretamente, mas também de forma sensata.

Este processo é designado por "auditoria de resultados" e posso dizer-vos que vão ver cada vez mais auditorias deste tipo nos próximos meses e anos. Os vários debates em que participo neste Parlamento e nas capitais nacionais levam o Tribunal sistematicamente nesse sentido.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

O Tribunal demonstrou que vários Estados-Membros têm dificuldade em fazer uma boa utilização dos recursos dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento. A este respeito, congratulamo-nos com o facto de a Comissão ter proposto várias medidas para o próximo período financeiro que deverão contribuir para uma melhor absorção dos fundos da coesão. Nos próximos dias, iremos publicar o nosso parecer pormenorizado sobre a legislação em causa.

Ao mesmo tempo, o orçamento da UE continua a enfrentar uma pressão significativa devido ao valor dos pagamentos autorizados para os anos futuros. As autorizações por liquidar (*reste à liquider*) deverão ser ainda mais elevadas no final de 2020. Em nossa opinião, este volume crescente de autorizações por liquidar tem de ser uma prioridade do próximo quadro financeiro plurianual.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

O orçamento total da UE apenas representa cerca de 1% do rendimento nacional bruto do conjunto da União Europeia.

Por isso, embora seja importante utilizá-lo de forma eficaz, devemos também ser realistas sobre o que é possível realizar com os fundos que nos são confiados. A UE só pode esperar conquistar ou manter a confiança dos seus cidadãos se corresponder às expectativas que gera.

Mostremos aos nossos cidadãos que conseguimos cumprir o que prometemos, fazê-lo de forma eficiente e fazer realmente a diferença.

Muito obrigado pela vossa atenção.